

# Senadores temem a marginalização

Ontem, quando completou o quarto dia de esforço concentrado do Congresso a emenda do Governo de convocação da Constituinte se enredava em novas e cada vez mais complexas dificuldades, causadas principalmente pela falta de comando das lideranças sobre as bancadas.

Enquanto um novo acordo era firmado pelas lideranças no início da tarde, agora englobando o Senado e a Câmara, e já se dava como certa a aprovação tranqüila da emenda do Governo, os senadores rompiam logo depois o entendimento, abandonando o plenário.

Eram senadores de todos os partidos e das mais diferentes inspirações ideológicas que faziam greve na porta do plenário. Havia desde Roberto Campos (PDS-MT) de linha ultraconservadora, a Nelson Carneiro, sem partido, Rio, de atuação marcadamente liberal, passando por todas as tendências do PMDB e da

## LEITE FILHO Da Editoria de Política

Frênte Liberal.

Eles alegavam estar defendendo o Senado, que consideram ameaçado de morte por causa do destaque do PDS, acolhido por mais de dois terços da Câmara (382 votos), que transformava na prática a Constituinte de congressual em exclusiva.

Para os senadores, a medida representava não apenas o afastamento da Constituinte dos 23 senadores eleitos em 82 com mandato até 1990, como a eliminação na prática do cenário político da figura do Senado, pelo menos durante o período de elaboração da nova Constituição: todo o ano legislativo de 1987.

Muitos deles, temiam que o destaque pedessista poderia abrir "um grave precedente" para suprimir de vez no Brasil a figura da Câmara Alta, no caso o Senado.

Tal não era, porém, o entendimento dos deputados dos vários partidos,

principalmente do PMDB, que encamparam com paixão o destaque do PDS, elaborado pelo deputado Bonifácio de Andrada, de Minas, e para quem o único objetivo da medida era tornar a Constituinte exclusiva.

Por trás desta polêmica, porém, o que se observava era um grande desinteresse por praticamente todas as bancadas em votar a emenda da Constituinte, fosse ela exclusiva ou congressual. Esta apatia era aproveitada pelo PDS, ainda frustrado com a Nova República, que quer barrar o caminho a todo o custo; pelo PDT, que quer forçar a volta das diretas já para presidente da República; e pelo PT, que defende a Constituinte autônoma.

Para alcançar seus objetivos, o PDS, o PDT e o PT jogavam todas as armas, deixando atônitas as lideranças do próprio

PDS, que faz acordo em separado com o Governo, e a cúpula da Aliança Democrática.

Junte-se a isso a frustração não apenas nos resultados da eleição nas capitais, mas com os esquemas montados pelos atuais deputados para a reeleição, que foram praticamente destrocados pela convocação de um pleito atípico, como foi o do último 15 de novembro.

Grande parte dos deputados, que já previa uma renovação de pelo menos 50 por cento da Câmara em 86, agora teme que este percentual beire os 70 ou 80 por cento tudo por causa de explosão eleitoral, que pegou todo mundo de surpresa.

Esta falta de opção, que está levando a grande massa parlamentar para o desespero, ameaça ainda desembocar num possível desencadeamento de nova campanha em favor do restabelecimento da eleição direta para presidente da República.